



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 984/2021

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Processo nº - 1613/2020

Relator: Deputado Paulo Dantas

Retorna a 2ª Comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 432/2020, de iniciativa do Governo do Estado de Alagoas que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO COM A UNIÃO AO AMPARO DA LEI FEDERAL Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997, PARA ESTABELECIMENTO DAS ALTERAÇÕES AUTORIZADAS PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A matéria retornou a 2ª Comissão em virtude de ter recebido uma emenda aditiva de autoria do Deputado Davi Maia, acrescentando disposição sobre a utilização dos recursos decorrentes da suspensão da dívida com a União Federal.

Por concordarmos com a emenda apresentada, somos de parecer pela sua aprovação.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 08 de junho de 2021.

PRESIDENTE

RELATOR



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Estadual Davi Maia

**EMENDA ADITIVA Nº 01 /2021 AO PROJETO DE LEI Nº 432/2020 -
MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 54/2020**

ALTERA O ART. 2º DO PROJETO DE LEI
Nº 432/2020, ACRESCENTANDO
DISPOSIÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS
RECURSOS DECORRENTES DA
SUSPENSÃO DA DÍVIDA COM A UNIÃO
FEDERAL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º. O art. 2º do Projeto de Lei nº 432/2020 passa a tramitar com o acréscimo dos parágrafos §1º e §2º seguintes redações:

“Art. 2º. (...)

§1º Os valores mantidos no tesouro estadual em decorrência da suspensão do pagamento da dívida com a União Federal celebrados no Contrato nº 017/98-STN/COAFI, de 29 de junho de 1998, deverão ser aplicados integralmente nas contratações de bens e serviços relacionadas o combate à pandemia da COVID-19.

§2º Os valores mantidos no tesouro estadual em decorrência da suspensão do pagamento da dívida com a União Federal celebrados no Contrato nº 017/98-STN/COAFI, de 29 de junho de 1998, deverão ser aplicados obrigatoriamente, no percentual de 30% (trinta por cento), para a realização de aquisições de equipamentos de saúde para o combate à pandemia da COVID-19. (AC)”

SALA DAS COMISSÕES DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em
Maceió, 08 de 06 de 2021.


DAVI MAIA
Deputado Estadual - DEM/AL